REVISTA DIGITAL ACADÊMICO MUNDO

EM QUE CONSISTE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO? CONCEPÇÃO INTERDISCIPLINAR

WHAT DOES ECONOMIC DEVELOPMENT CONSIST OF? INTERDISCIPLINARY CONCEPTION

¿EN QUÉ CONSISTE EL DESARROLLO ECONÓMICO? UN ENFOQUE INTERDISCIPLINARIO

10.56238/ramv20n15-010

Adelcio Machado dos Santos
Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)
E-mail: adelciomachado@gmail.com

Marco Antonio Córdova Ransolin
Mestrando em Desenvolvimento e Sociedade
Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) - Campus Caçador
E-mail: marcoransolin@gmail.com
Orcid: ttps://orcid.org/0009-0002-5091-2123

Daniel Tenconi
Mestre em Desenvolvimento e Sociedade
Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp), Federação das Indústrias e Comércio de Santa Catarina
E-mail: daniel.tenconi@sesisc.org.br
Orcid: https://orcid.0009-0001-0470-8044

Roberto Marton
Doutorando em Desenvolvimento e Sociedade
Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp), Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP/SP)
E-mail: martonroberto@gmail.com

Solange Sprandel da Silva
Doutoranda em Desenvolvimento Regional
Orcid: htpps://orcid.org/0009-0001-9274-030X

RESUMO
Este artigo propõe uma análise crítica e ampliada do conceito de desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva interdisciplinar. A abordagem tradicional, centrada em indicadores quantitativos como o Produto Interno Bruto (PIB), crescimento da renda e industrialização, mostra-se limitada diante da complexidade dos processos sociais contemporâneos. Com base em contribuições de autores

clássicos, como Schumpeter e Sen, e de teóricos contemporâneos como Sachs, Latouche e Acosta, o estudo evidencia que o desenvolvimento não pode ser compreendido isoladamente da realidade social, ambiental, política e cultural. A crítica às abordagens econômicas convencionais revela falhas na consideração das desigualdades estruturais, da exclusão social e da degradação ambiental, exigindo a construção de novas epistemologias e práticas integradoras. Nesse sentido, o artigo apresenta modelos e experiências de desenvolvimento interdisciplinar, como a economia solidária, o desenvolvimento territorial sustentável, políticas públicas intersetoriais e paradigmas alternativos como o buen vivir e o decrescimento. São também discutidos os desafios contemporâneos, entre eles os efeitos assimétricos da globalização, as transformações tecnológicas, a persistência das desigualdades e as crises ambientais e climáticas. Por fim, defende-se a necessidade de uma agenda de desenvolvimento sustentável e inclusiva, orientada por valores como justiça social, diversidade e participação democrática. A interdisciplinaridade, mais do que um método, é apresentada como um caminho indispensável para repensar o desenvolvimento econômico em sua totalidade e construir alternativas viáveis frente às demandas do século XXI.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Interdisciplinaridade. Sustentabilidade. Desigualdade. Modelos Alternativos.

ABSTRACT

This article offers a critical and comprehensive analysis of the concept of economic development from an interdisciplinary perspective. Traditional approaches, focused primarily on quantitative indicators such as Gross Domestic Product (GDP), income growth, and industrialization, prove limited when confronting the complexity of contemporary social processes. Drawing on the contributions of classical authors like Schumpeter and Sen, as well as contemporary theorists such as Sachs, Latouche, and Acosta, this study demonstrates that development cannot be understood in isolation from social, environmental, political, and cultural realities. Critiques of conventional economic approaches reveal shortcomings in addressing structural inequalities, social exclusion, and environmental degradation, highlighting the need to build new integrative epistemologies and practices. In this context, the article presents interdisciplinary development models and experiences, including solidarity economy, sustainable territorial development, intersectoral public policies, and alternative paradigms such as buen vivir and degrowth. It also discusses current challenges, including the asymmetric effects of globalization, technological transformations, persistent inequalities, and environmental and climate crises. Finally, the study advocates for a sustainable and inclusive development agenda guided by values such as social justice, diversity, and democratic participation. Interdisciplinarity, beyond being a methodology, is presented as an essential path to rethink economic development in its entirety and to build viable alternatives in response to the demands of the 21st century.

Keywords: Economic Development. Interdisciplinarity. Sustainability. Inequality. Alternative Models.

RESUMEN

Este artículo propone un análisis crítico y ampliado del concepto de desarrollo económico desde una perspectiva interdisciplinaria. El enfoque tradicional, centrado en indicadores cuantitativos como el Producto Interno Bruto (PIB), el crecimiento del ingreso y la industrialización, resulta limitado ante la complejidad de los procesos sociales contemporáneos. Basado en las contribuciones de autores clásicos como Schumpeter y Sen, y teóricos contemporáneos como Sachs, Latouche y Acosta, el estudio muestra que el desarrollo no puede entenderse de forma aislada de las realidades sociales, ambientales, políticas y culturales. La crítica de los enfoques económicos convencionales revela deficiencias en la consideración de las desigualdades estructurales, la exclusión social y la degradación ambiental, lo que exige la construcción de nuevas epistemologías y prácticas integradoras. En este sentido, el artículo presenta modelos y experiencias de desarrollo interdisciplinario, como la economía solidaria, el desarrollo territorial sostenible, las políticas públicas intersectoriales y paradigmas alternativos como el buen vivir y el decrecimiento. También se discuten los desafíos contemporáneos,

incluyendo los efectos asimétricos de la globalización, las transformaciones tecnológicas, la persistencia de las desigualdades y las crisis ambientales y climáticas. Finalmente, se defiende la necesidad de una agenda de desarrollo sostenible e inclusiva, guiada por valores como la justicia social, la diversidad y la participación democrática. La interdisciplinariedad, más que un método, se presenta como un camino indispensable para repensar el desarrollo económico en su totalidad y construir alternativas viables a las demandas del siglo XXI.

Palabras clave: Desarrollo Económico. Interdisciplinariedad. Sostenibilidad. Desigualdad. Modelos Alternativos.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento econômico tem sido, ao longo da história, objeto de amplos debates, reformulações e críticas. Tradicionalmente associado ao crescimento da renda nacional, à industrialização e ao aumento da produtividade, esse conceito foi, por muito tempo, limitado a indicadores quantitativos, como o Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Contudo, à medida que os efeitos sociais, ambientais e culturais das políticas econômicas se tornaram mais evidentes, emergiu a necessidade de repensar o desenvolvimento sob uma perspectiva mais ampla, que extrapole os limites da economia ortodoxa.

Destarte, a compreensão do desenvolvimento econômico exige, cada vez mais, uma abordagem interdisciplinar que articule diferentes dimensões da realidade social.

A adoção de uma perspectiva puramente econômica revela-se, muitas vezes, insuficiente para explicar as desigualdades persistentes, a degradação ambiental, os conflitos sociais e os desafios globais enfrentados pelas sociedades contemporâneas. O crescimento econômico, embora necessário, não é suficiente para garantir melhorias reais na qualidade de vida das populações. Por isso, disciplinas como a sociologia, a ciência política, a ecologia, a antropologia e a geografia econômica passaram a contribuir para uma visão mais complexa e integrada do que significa, de fato, "desenvolver-se".

Nesse sentido, surgem novos referenciais teóricos e práticos que buscam compreender o desenvolvimento em sua pluralidade, incorporando valores como bem-estar social, equidade, diversidade cultural, sustentabilidade ambiental e participação democrática. Organismos internacionais, como a ONU e o PNUD, também têm proposto novos indicadores de desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que refletem essa mudança de paradigma.

É nesse contexto que se insere o presente artigo, cujo objetivo é refletir sobre a concepção de desenvolvimento econômico a partir de uma abordagem interdisciplinar. Propõe-se discutir os limites da visão convencional centrada no crescimento econômico e apresentar contribuições de outras áreas do conhecimento para a construção de uma noção mais abrangente e humanizada de desenvolvimento.

A relevância deste tema é indiscutível em um mundo marcado por profundas desigualdades, mudanças climáticas, transformações tecnológicas aceleradas e crescentes demandas por justiça social.

Compreender o desenvolvimento econômico de forma ampla e crítica é um passo fundamental para orientar políticas públicas mais efetivas, inclusivas e sustentáveis, bem como para fomentar o debate acadêmico em diferentes campos do saber.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: na segunda seção, são apresentados os fundamentos do desenvolvimento econômico a partir da perspectiva tradicional; em seguida, discute-se as limitações dessa abordagem convencional. Na quarta seção, introduz-se a concepção interdisciplinar de desenvolvimento, destacando suas dimensões sociais, ambientais e políticas. A

quinta seção explora exemplos práticos e modelos alternativos baseados em abordagens interdisciplinares. Por fim, na sexta seção, são discutidos os desafios contemporâneos e as perspectivas futuras para o desenvolvimento. O artigo se encerra com as considerações finais, que retomam os principais pontos discutidos e propõem caminhos para novas reflexões.

2 FUNDAMENTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico, enquanto objeto de estudo, tem sua gênese no pensamento clássico liberal, evoluindo ao longo dos séculos a partir de diferentes escolas teóricas e contextos históricos. De modo geral, pode ser compreendido como o processo pelo qual uma economia se transforma estruturalmente, aumentando sua capacidade produtiva, gerando melhorias no padrão de vida da população e promovendo mudanças sociais, institucionais e tecnológicas.

Na tradição clássica, Adam Smith, em *A Riqueza das Nações* (1776), defendeu que o crescimento da riqueza das nações dependeria do livre funcionamento dos mercados, da divisão do trabalho e do acúmulo de capital produtivo. Smith considerava que o progresso econômico estava associado à expansão do comércio e à racionalização das atividades produtivas, sendo impulsionado por uma "mão invisível" que harmonizava interesses individuais e bem-estar coletivo (Smith, 1983).

Posteriormente, David Ricardo contribuiu ao enfatizar a importância das vantagens comparativas no comércio internacional e da alocação eficiente dos recursos. Já Karl Marx ofereceu uma crítica estrutural ao modelo capitalista, apontando as contradições inerentes ao processo de acumulação de capital, à exploração do trabalho e à concentração de riqueza (Marx, 2013).

No século XX, John Maynard Keynes revolucionou a teoria econômica ao propor, em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), que o Estado deveria intervir na economia para garantir níveis adequados de emprego e demanda efetiva, principalmente em momentos de crise.

Para Keynes, o crescimento econômico não era automático, e as políticas públicas tinham papel central na promoção do desenvolvimento (Keynes, 1985).

A partir da década de 1950, com o pós-guerra e o processo de reconstrução e descolonização, surgiram teorias específicas sobre desenvolvimento econômico. A abordagem estruturalista latino-americana, liderada por Raúl Prebisch e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), enfatizou os desequilíbrios entre centro e periferia, denunciando a deterioração dos termos de troca e propondo estratégias de substituição de importações e fortalecimento da indústria nacional como motores do desenvolvimento (Prebisch, 1950).

Nos anos 1990, Amartya Sen ampliou o conceito de desenvolvimento ao vinculá-lo diretamente à liberdade humana. Em *Desenvolvimento como Liberdade*, Sen argumenta que o desenvolvimento não deve ser medido apenas por indicadores econômicos, mas sim pela capacidade das pessoas de

exercerem liberdades reais, como acesso à educação, saúde, participação política e segurança (SEN, 2000).

Essa visão contribuiu para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), formulado pelo PNUD, que considera renda, expectativa de vida e escolaridade como dimensões centrais do bem-estar.

Mais recentemente, abordagens que incorporam a sustentabilidade têm se tornado fundamentais no debate sobre desenvolvimento. O Relatório Brundtland (1987), produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que "satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades" (WCED, 1987). Essa visão integra dimensões ecológicas, sociais e econômicas, consolidando uma perspectiva mais holística e interdisciplinar.

Nesse sentido, compreende-se que os fundamentos do desenvolvimento econômico evoluíram de uma concepção centrada na eficiência dos mercados e no crescimento do PIB para uma visão mais ampla e complexa, que incorpora aspectos sociais, ambientais, culturais e institucionais. Essa evolução teórica reflete a crescente compreensão de que o verdadeiro desenvolvimento não se resume à expansão econômica, mas à transformação das condições de vida, da equidade social e da sustentabilidade do planeta.

3 LIMITAÇÕES DAS ABORDAGENS ECONÔMICAS CONVENCIONAIS

Conquanto a sua importância histórica e analítica, as abordagens econômicas convencionais enfrentam críticas crescentes quanto à sua capacidade de explicar, orientar e promover o desenvolvimento de forma justa, inclusiva e sustentável. Essas críticas partem da constatação de que o foco exclusivo em variáveis quantitativas, como o PIB, ignora aspectos fundamentais da vida social e humana, além de negligenciar as desigualdades estruturais e os limites ambientais do crescimento econômico.

Uma das principais limitações da teoria econômica ortodoxa reside na sua ênfase na eficiência alocativa e na racionalidade dos agentes econômicos, pressupostos centrais do modelo neoclássico. Como observa Polanyi (2000), a tentativa de subordinar todas as dimensões da vida social à lógica do mercado resultou na "desembedagem" da economia das instituições sociais, políticas e culturais. Esse processo comprometeu a capacidade das sociedades de regularem o desenvolvimento segundo valores coletivos, como equidade e justiça.

Ademais disso, indicadores como o PIB, apesar de úteis para mensurar a produção agregada, não refletem a distribuição da renda, o acesso a bens essenciais, nem os custos sociais e ambientais do crescimento. Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010) argumentam que o PIB mede apenas a atividade econômica formal e não distingue entre atividades que aumentam o bem-estar e aquelas que o reduzem.

Destarte, um país pode apresentar crescimento elevado ao custo de destruição ambiental, aumento da violência ou precarização do trabalho, sem que isso seja captado pelas métricas convencionais.

A crítica estruturalista também aponta para o caráter excludente e desigual da ordem econômica global. Segundo Furtado (2007), os modelos desenvolvidos nos países centrais foram aplicados de forma acrítica aos países periféricos, ignorando suas especificidades históricas e estruturais. Essa abordagem universalizante contribuiu para a perpetuação da dependência econômica e para a concentração de riqueza e poder.

A questão ambiental é outra grande lacuna das abordagens econômicas tradicionais. Como evidenciado pelos debates sobre as mudanças climáticas, a lógica do crescimento ilimitado em um planeta de recursos finitos é insustentável. Daly (1996) argumenta que o sistema econômico deve operar dentro dos limites ecológicos, respeitando a capacidade de regeneração dos ecossistemas e a capacidade de carga do planeta. No entanto, a economia neoclássica tende a tratar o meio ambiente como um "recurso externo" ou "capital natural" precificável, o que reduz sua complexidade e valor intrínseco.

No campo das políticas públicas, a ortodoxia econômica frequentemente privilegia a estabilidade macroeconômica em detrimento de objetivos sociais, como a redução da pobreza ou o fortalecimento da cidadania. A imposição de reformas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990 — marcadas por privatizações, liberalização comercial e austeridade fiscal — resultou, em muitos contextos, na ampliação das desigualdades e na fragilização do Estado como agente promotor do desenvolvimento (Harvey, 2005).

Adicionalmente, os modelos tradicionais ignoram as contribuições dos saberes locais, da diversidade cultural e da economia informal. O conhecimento econômico dominante tem origem nos países desenvolvidos e tende a desconsiderar a pluralidade de trajetórias de desenvolvimento possíveis. Como destaca Escobar (2005), o discurso do desenvolvimento convencional impôs uma visão ocidentalizada e tecnocrática, marginalizando experiências alternativas baseadas na solidariedade, na reciprocidade e na sustentabilidade.

Para Escobar (2005), as abordagens econômicas convencionais, embora tenham contribuído para avanços importantes, são limitadas por sua visão reducionista, tecnicista e descontextualizada. A superação dessas limitações exige uma mudança de paradigma que incorpore outras dimensões do desenvolvimento — sociais, culturais, ambientais e políticas — e que reconheça a complexidade e a diversidade dos processos de transformação econômica.

4 A CONCEPÇÃO INTERDISCIPLINAR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A crescente complexidade dos problemas socioeconômicos e ambientais contemporâneos exige uma abordagem mais abrangente e crítica do desenvolvimento econômico, superando os limites da análise exclusivamente econômica (Escobar, 2005).

Nesse contexto, a concepção interdisciplinar do desenvolvimento surge como uma proposta teórico-prática que integra saberes de diversas áreas — como sociologia, ciência política, ecologia, geografia, antropologia e filosofia — para oferecer uma compreensão mais completa dos processos de transformação social e econômica.

A interdisciplinaridade rompe com a fragmentação do conhecimento e reconhece que o desenvolvimento é um fenômeno multifacetado, que envolve não apenas a expansão da produção e da renda, mas também mudanças nas estruturas sociais, culturais e institucionais.

Conforme afirma Sachs (2004), o desenvolvimento deve ser visto como um processo simultaneamente econômico, social, político, ambiental e cultural, sendo necessário articular essas dimensões para promover o bem-estar humano de maneira sustentável.

Do ponto de vista social, o desenvolvimento econômico deve ser acompanhado de justiça distributiva, redução das desigualdades e ampliação das oportunidades. A sociologia contribui, nesse sentido, ao revelar como fatores como classe social, gênero, etnia e território influenciam o acesso aos recursos e às políticas públicas. Bourdieu (2007) destaca que o capital econômico está frequentemente articulado com outros tipos de capital — social, cultural e simbólico —, o que reforça a necessidade de abordagens mais integradas que reconheçam os múltiplos determinantes do desenvolvimento.

A dimensão política também é central. O desenvolvimento depende da capacidade das instituições políticas de promover inclusão, participação cidadã e governança democrática. North (1990) argumenta que o desempenho econômico está intimamente relacionado à qualidade das instituições — entendidas como as regras formais e informais que regulam o comportamento social. Instituições frágeis ou excludentes comprometem não apenas o crescimento, mas também a equidade e a sustentabilidade do desenvolvimento.

A incorporação da ecologia ao debate é igualmente fundamental. A economia ecológica, por exemplo, defende que a economia deve ser tratada como um subsistema do meio ambiente, e não como um sistema autônomo. Georgescu-Roegen (2008) já alertava que os processos econômicos envolvem fluxos irreversíveis de energia e matéria, o que impõe limites biofísicos ao crescimento.

Essa abordagem interdisciplinar aponta para a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva dos recursos naturais e na lógica linear de produção e consumo.

A par disso, o desenvolvimento deve considerar as dimensões culturais e territoriais. Escobar (2005) argumenta que as propostas hegemônicas de desenvolvimento ignoraram a diversidade de

saberes e cosmovisões dos povos tradicionais, impondo modelos homogêneos e ocidentalizados. A interdisciplinaridade, nesse sentido, permite valorizar outras racionalidades e formas de viver, ampliando a noção de desenvolvimento para incluir princípios como solidariedade, reciprocidade e respeito à diversidade cultural.

Organizações internacionais também têm reconhecido a importância de abordagens integradas. A Agenda 2030 da ONU, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propõe um modelo que articula dimensões econômicas, sociais e ambientais, reforçando a necessidade de políticas públicas intersetoriais e inclusivas (ONU, 2015). Essa perspectiva interdisciplinar rompe com a dicotomia entre crescimento e bem-estar e propõe uma visão de desenvolvimento centrada nas pessoas, nos ecossistemas e na justiça global.

Por conseguinte, a concepção interdisciplinar do desenvolvimento econômico oferece uma resposta mais adequada à complexidade dos desafios atuais. Sachs (2004) expressa claramente que é vital integrar múltiplos saberes e perspectivas, de modo que essa abordagem amplia o entendimento do que significa "desenvolver-se", deslocando o foco do crescimento econômico para a promoção de sociedades mais justas, sustentáveis e plurais.

5 MODELOS E PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO INTERDISCIPLINAR: DESAFIOS ATUAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

A concepção interdisciplinar do desenvolvimento econômico encontra expressão concreta em modelos e práticas que transcendem os enfoques puramente econômicos e incorporam dimensões sociais, ambientais, políticas e culturais.

Tais iniciativas são orientadas por valores como equidade, sustentabilidade, participação e diversidade, e buscam responder de forma integrada aos desafios complexos do mundo contemporâneo. Neste sentido, experiências de desenvolvimento territorial, economias solidárias, políticas públicas intersetoriais e propostas de decrescimento são exemplos relevantes de práticas interdisciplinares.

Um dos modelos mais discutidos no âmbito do desenvolvimento interdisciplinar é o de desenvolvimento territorial sustentável. Ele se baseia na articulação entre políticas públicas, recursos locais e capacidades sociais de comunidades específicas. Essa abordagem considera que o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço vivido, carregado de cultura, saberes e práticas próprias. Conforme afirma Boisier (2001), "o território é o lugar onde o desenvolvimento se realiza ou fracassa", pois é nele que se concretizam as relações entre economia, sociedade e meio ambiente. Práticas como os consórcios intermunicipais, os arranjos produtivos locais (APLs) e os planos de desenvolvimento territorial participativo exemplificam essa abordagem.

Outro exemplo relevante é o da economia solidária, que propõe um modelo alternativo de organização econômica baseado na cooperação, na autogestão e na inclusão social. A economia solidária emerge como resposta à exclusão gerada pelo sistema capitalista tradicional, especialmente nas periferias urbanas e zonas rurais empobrecidas.

Como aponta Singer (2002), trata-se de uma forma de "desenvolvimento pelo trabalho associado", onde o objetivo não é o lucro, mas a geração de renda com justiça social. Inúmeras práticas como cooperativas de produção, bancos comunitários e moedas sociais demonstram o potencial transformador dessa abordagem.

As políticas públicas intersetoriais também são expressão da interdisciplinaridade na prática. Elas buscam integrar áreas como saúde, educação, assistência social, meio ambiente e cultura, reconhecendo que os problemas sociais não podem ser resolvidos por setores isolados. Um exemplo emblemático no Brasil foi o programa Bolsa Família, que, embora de natureza econômica, articulava condicionalidades ligadas à educação e à saúde, promovendo impactos positivos multidimensionais (Soares, 2011).

No campo ambiental, os modelos de desenvolvimento sustentável comunitário articulam preservação ambiental, valorização cultural e geração de renda em bases locais. Experiências como o manejo florestal comunitário na Amazônia ou os projetos de agroecologia nas zonas rurais do semiárido nordestino mostram como saberes tradicionais e conhecimentos científicos podem dialogar em favor da sustentabilidade (Almeida, 2008). Essas práticas baseiam-se na noção de que a conservação ambiental só é possível se estiver integrada às necessidades e saberes das populações locais.

Ademais disso, correntes como o decrescimento e o buen vivir, originárias da crítica ao produtivismo ocidental, propõem novos paradigmas para o desenvolvimento. O decrescimento, formulado por autores como Latouche (2009), defende a redução voluntária da produção e do consumo em favor da simplicidade, da suficiência e da convivência com os limites ecológicos. Já o *buen vivir*, baseado em cosmovisões indígenas andinas, propõe uma vida plena em harmonia com a comunidade e a natureza, rompendo com a lógica antropocêntrica e acumulativa do modelo hegemônico (Acosta, 2016).

A concepção interdisciplinar do desenvolvimento econômico exige uma análise crítica dos desafios contemporâneos que afetam a viabilidade e a equidade dos processos de desenvolvimento. Entre esses desafios destacam-se os impactos da globalização e da tecnologia, o aprofundamento da desigualdade e exclusão social, as crises ambientais e climáticas, e a necessidade urgente de formular uma agenda de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo sustentável e inclusiva.

A globalização econômica intensificou a interdependência entre países, promovendo fluxos transnacionais de bens, serviços, capitais, tecnologias e informações. Embora tenha contribuído para

o crescimento de algumas economias emergentes, também acentuou as assimetrias entre países centrais e periféricos, muitas vezes perpetuando estruturas de dependência (Arrighi, 1996).

Entrementes, a revolução digital e a automação têm transformado os mercados de trabalho e os modelos produtivos, desafiando políticas públicas voltadas à inclusão e à capacitação profissional.

Segundo Castells (1999), vivemos em uma "sociedade em rede", em que o conhecimento e a informação se tornam fatores centrais de produção. No entanto, o acesso desigual às tecnologias digitais e à educação de qualidade aprofunda a exclusão informacional, criando formas de marginalização social.

Destarte, a tecnologia, apesar de seu potencial transformador, pode também reforçar desigualdades já existentes, caso não seja acompanhada por políticas regulatórias, educacionais e distributivas adequadas.

Já a desigualdade social, expressa na concentração de renda, no acesso precário a serviços públicos e nas barreiras estruturais impostas a grupos historicamente marginalizados, constitui um obstáculo central ao desenvolvimento inclusivo. Piketty (2014) demonstrou empiricamente que, sem mecanismos redistributivos eficazes, o capitalismo tende a concentrar renda e patrimônio, comprometendo a coesão social e a legitimidade democrática.

No Brasil e em outros países da América Latina, a herança de desigualdades étnicas, territoriais e de gênero impõe desafios adicionais. A exclusão de populações indígenas, negras e periféricas dos processos decisórios e das oportunidades econômicas reduz o potencial do desenvolvimento enquanto projeto coletivo (Leff, 2006).

A interdisciplinaridade, ao incorporar saberes da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política, permite compreender essas desigualdades em sua complexidade e formular respostas mais eficazes e justas.

O modelo de desenvolvimento centrado no crescimento ilimitado revelou-se insustentável frente aos limites ecológicos do planeta. As mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, a escassez hídrica e a degradação do solo são manifestações de uma crise civilizatória que exige uma reorientação profunda das práticas econômicas e sociais (Leff, 2006).

A abordagem interdisciplinar oferece instrumentos para articular conhecimento técnico-científico com saberes tradicionais e comunitários, valorizando estratégias locais de adaptação e mitigação ambiental. O Acordo de Paris e os ODS da Agenda 2030 são tentativas globais de responder a essa crise, mas sua efetividade depende da vontade política e do compromisso dos Estados e do setor privado em adotar práticas produtivas e sociais mais responsáveis (ONU, 2015).

Em face destes reptos, Arrigh (996) observa que uma agenda de desenvolvimento sustentável e inclusivo deve articular três eixos fundamentais: justiça social, sustentabilidade ecológica e participação democrática. Isso implica fortalecer políticas públicas redistributivas, ampliar o acesso à

educação de qualidade, fomentar economias locais baseadas em princípios de solidariedade e inovação social, e promover a transição ecológica dos sistemas produtivos.

Como propõe Sachs (2004), é necessário avançar para um desenvolvimento "includente, sustentável e sustentado", que reconheça as múltiplas dimensões do bem-estar humano e respeite os limites do planeta. Para tanto, o planejamento econômico deve ser orientado por critérios éticos, ambientais e culturais, e construído de forma participativa, envolvendo comunidades locais, movimentos sociais, universidades, governos e setor produtivo.

A interdisciplinaridade, nesse contexto, não se consttui apenas uma exigência metodológica, mas uma estratégia política e epistemológica para construir novos paradigmas de desenvolvimento — mais sensíveis à diversidade humana, à complexidade dos problemas contemporâneos e à urgência das transformações socioambientais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento econômico, quando compreendido sob uma ótica puramente econômica, tende a reduzir-se a indicadores como crescimento do PIB, industrialização ou acumulação de capital. Contudo, ao longo deste trabalho, argumentou-se que essa visão é limitada e, muitas vezes, insuficiente para explicar as reais transformações que ocorrem nas sociedades contemporâneas.

Por conseguinte, defendeu-se abordagem interdisciplinar, capaz de articular dimensões econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais, em um esforço para compreender o desenvolvimento como um fenômeno complexo, dinâmico e multifacetado.

As abordagens convencionais, como as teorias do crescimento e da modernização, revelaram importantes contribuições históricas, mas mostraram-se inadequadas frente aos problemas persistentes da desigualdade, da exclusão social e da degradação ambiental. A crítica a essas teorias não implica seu descarte, mas sim a necessidade de superá-las por meio da integração com outros campos do saber. Nesse sentido, a interdisciplinaridade permite incorporar novos olhares — da sociologia, ciência política, ecologia, antropologia e filosofia — que enriquecem a análise e apontam para caminhos mais integradores e justos.

Os modelos como o desenvolvimento territorial sustentável, a economia solidária, as políticas públicas intersetoriais e propostas alternativas como o decrescimento e o *buen vivir* demonstram, na prática, como é possível construir experiências de desenvolvimento mais participativas, ecológicas e culturalmente sensíveis.

Esses exemplos ilustram o potencial transformador das abordagens interdisciplinares, não apenas como uma alternativa teórica, mas como uma prática concreta em territórios marcados por desigualdades históricas.

Diante dos desafios globais atuais — como os impactos assimétricos da globalização, a revolução tecnológica, as crises ambientais e a persistência das desigualdades estruturais —, torna-se ainda mais urgente repensar os paradigmas de desenvolvimento.

O enfrentamento desses desafios exige novas formas de governança, de organização produtiva e de participação social, além de um compromisso ético com as futuras gerações e com o planeta. Uma agenda sustentável e inclusiva deve priorizar a justiça social, o respeito à diversidade e a preservação dos bens comuns.

Epítome, a concepção interdisciplinar do desenvolvimento econômico se apresenta não apenas como uma exigência teórica, mas como um imperativo político e civilizatório. Trata-se de construir modelos de sociedade que promovam o bem-estar coletivo, respeitando as particularidades locais e os limites ecológicos globais.

Por final, o porvir do desenvolvimento depende da capacidade de dialogar entre saberes, integrar agendas e reinventar nossas formas de produzir, consumir, viver e coexistir.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ALMEIDA, M. W. B. Territórios e tradições: a gestão social dos recursos naturais na Amazônia. Manaus: UEA Edições, 2008.

ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOISIER, S. Desenvolvimento territorial e descentralização: o desenvolvimento em seu lugar. In: FERRARO JR., L. A.; KAUFMANN, V. (Orgs.). Desenvolvimento local: uma resposta aos desafios da globalização. São Paulo: Paulus, 2001. p. 25–52.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DALY, H. E. Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development. Boston: Beacon Press, 1996.

ESCOBAR, A. Poder e visibilidade: desenvolvimento e a invenção das culturas. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 297–329.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEORGESCU-ROEGEN, N. O decrescimento: entropia, economia, ecologia. São Paulo: Editora Senac, 2008.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
LATOUCHE, S. Pequeno tratado do decrescimento sereno. São Paulo: Editora Vozes, 2009.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, K. O capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

NORTH, D. C. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ONU – Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015.

PIKETTY, T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. Santiago: CEPAL, 1950.

SACHS, I. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMITH, A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

SOARES, S. S. D. Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2011.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. P. Mismeasuring our lives: why GDP doesn't add up. New York: The New Press, 2010.

WCED – World Commission on Environment and Development. Our Common Future (Relatório Brundtland). Oxford: Oxford University Press, 1987.